

Políticas para as Mulheres: um olhar sobre o desmonte em andamento¹

Políticas para las Mujeres: una mirada del desmontaje en curso

Policies for Women: a look into the ongoing dismantlement

Sônia Malheiros Miguel

Resumo: Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a história recente das políticas para as mulheres no governo federal, tendo como linha condutora o seu desmonte após o golpe de 2016, iniciado na gestão de Michel Temer e aprofundado no governo de Jair Messias Bolsonaro. Para tanto, torna visível a queda expressiva do número de mulheres no primeiro escalão do governo, a radical redução dos espaços de participação social, o enfraquecimento dos organismos nacionais responsáveis pelas políticas para as mulheres e o desmonte das próprias políticas que vinham sendo desenvolvidas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Desmonte. Política. Mulheres. Participação. Institucionalização.

Resumen: Este artículo presenta algunas reflexiones sobre la historia reciente de las políticas para las mujeres promovido por el gobierno federal, teniendo como línea conductora su desmontaje en curso después del golpe de 2016, iniciado en la gestión de Michel Temer y profundizado en el gobierno de Jair Messias Bolsonaro. Para ello, hace visible la caída expresiva del número de mujeres en el primer escalón del gobierno, la radical reducción de los espacios de participación social, el debilitamiento de los organismos nacionales responsables por las políticas para las mujeres y el desmonte de las propias políticas que venían siendo desarrolladas en los gobiernos de Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff.

Palabras clave: Desmontaje. Política. Mujeres. Participación. Institucionalización.

Abstract: This article presents some reflections on the recent history of policies for women in the context of the Brazilian federal government. It follows the dismantling of policies after the 2016 coup, which began in Michel Temer's administration and deepened in the Jair Messias Bolsonaro government. The article unveils the significant decline in the number of women in high-level governmental positions, the radical reduction in the forums of social participation, the weakening of national bodies responsible for policies for women, and the dismantling of policies implemented in the governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff.

Keywords: Dismantlement. Policies. Women. Participation. Institutionalization.

¹ O mote inicial para este artigo foi apresentação feita em mesa realizada no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13^o.

Sônia Malheiros Miguel – Graduada e Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Sociais - área de concentração Sociologia/ Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente integra a equipe do Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, onde já trabalhou de 1995 a 2003. Compôs a equipe da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República de 2003 a 2016. E-mail: soniammiguel@gmail.com

INTRODUÇÃO

O momento por que passa o Brasil é muito difícil. Refletir sobre esta realidade e preservar a nossa história faz parte, nesse momento, da resistência ao obscurantismo. Por isso, este artigo, além de alinhar algumas reflexões sobre a história recente das políticas para as mulheres no governo federal, inclui um levantamento detalhado das mulheres que estiveram à frente de ministérios, secretarias e órgãos ligados à Presidência da República.

O golpe de 31 de agosto de 2016, que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder, escancarou as portas para grandes retrocessos, como consequência imediata. A quebra da regra democrática das eleições definirem quem nos governa foi o primeiro deles. A partir daí, com a subida de Michel Temer ao poder, passamos por uma avalanche de medidas que desmantelaram dezenas de políticas públicas que vinham sendo executadas com o objetivo de diminuir as desigualdades e ampliar direitos. E a recente eleição de Jair Messias Bolsonaro só agrava esse quadro. Os primeiros meses de seu governo não deixam dúvidas em relação a essa afirmação.

É sistemático o desmonte de políticas sociais que retiraram milhões de pessoas da pobreza extrema, proporcionaram o acesso à casa própria, melhores condições de vida e moradia para segmentos expressivos da população e ampliaram o acesso às universidades, entre esses o Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa de Cisternas, Farmácia Popular, Programa Mais Médicos, FIES², PRONATEC³, PROUNI⁴, Cotas, Ciência sem Fronteiras.

São muitos os exemplos dessas políticas nos governos Lula e Dilma, e são muitas as decisões tomadas nesses três últimos anos pelo governo Temer e, agora, pelo governo Bolsonaro no sentido de desfazê-las, com medidas que tiram direitos e penalizam, em especial, as populações mais empobrecidas. Medidas que desoneram o capital de tributos e subtraem direitos das trabalhadoras e trabalhadores, que taxam os pobres e anistiam a dívidas dos ricos.

Para citar alguns poucos, mas expressivos exemplos, no período Temer temos, em dezembro de 2016, a promulgação pelo Congresso Nacional da [Emenda Constitucional nº 95/2016](#) (PEC do Teto dos Gastos Públicos)⁵ que, entre outras coisas, congelou os investimentos em saúde e educação por 20 anos. E a chamada reforma trabalhista ([Lei 13.467/2017](#)), aprovada pelo congresso nacional e sancionada por Michel Temer em 13 de julho de 2017, que retirou direitos conquistados na década de 1940 pelas trabalhadoras e trabalhadores, quando da aprovação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Jair Bolsonaro, por sua vez, vem aprofundando de maneira vertiginosa esse desmonte. Uma de suas primeiras medidas foi extinguir o Ministério do Trabalho. E o seu vice-presidente, General Mourão, vem defendendo abertamente a extinção do décimo terceiro salário e do adicional de férias, como parte de uma “implementação séria da reforma trabalhista”⁶. A proposta de reforma da previdência ([PEC 6/2019](#)), apresentada pelo Poder Executivo em 20 de fevereiro de 2019, é outro contundente exemplo, ao reforçar as desigualdades, agravar exclusões e manter privilégios.

O incentivo à violência é outra característica extremamente preocupante do atual governo. Incentivo nas palavras e atitudes. A liberação da posse de armas, logo após assumir o poder, com

² Programa de Financiamento Estudantil.

³ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

⁴ Programa Universidade para Todos.

⁵ Antiga PEC nº 241/2016, na Câmara dos Deputados, e PEC nº 55/2016, no Senado Federal.

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/vice-de-bolsonaro-mourao-critica-13o-salario-e-fala-em-reforma-trabalhista-seria.shtml>

a publicação do [Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019](#) e, mais recentemente, a liberação do porte de armas para advogados, caminhoneiros, políticos (de presidente a vereador), proprietários rurais, jornalistas policiais, entre outros; e o “excludente de ilicitude” previsto no “pacote anti-crime”⁷ apresentado pelo governo, tornando legítima a morte praticada por policiais quando em serviço, se as mesmas forem executadas sob “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”, nos dão a dimensão do problema.

O [Decreto nº 9.785, de 07 de maio de 2019](#), que autoriza o porte, permite o uso de armas de fogo semiautomáticas ou de repetição, libera a aquisição de até quatro armas e cinco mil munições por ano, permite que menores de 18 anos pratiquem o “tiro esportivo” com a autorização de apenas um responsável, e, não por acaso, libera a importação.

Com armas e licença para matar, não é difícil imaginar no que vai se transformar esse país. Se o extermínio da população negra e pobre já é uma realidade sem essas medidas, imagina o potencial destrutivo com elas. Se o feminicídio já é uma gritante realidade na vida das brasileiras que vivem os horrores da violência doméstica, é evidente que a liberação da posse de armas trará, como uma de suas trágicas consequências, o aumento, também, do número de mulheres assassinadas por seus maridos ou ex-maridos, companheiros, namorados.

Mas nossos problemas não param por aí. O princípio da participação popular, tão batalhado e incorporado no processo de discussão da Constituinte com a aceitação, pelo seu Regimento Interno, das emendas populares e com a inclusão no seu texto final de diferentes artigos que asseguravam mecanismos de participação no processo decisório, a exemplo de referendos, plebiscitos e conselhos gestores de políticas públicas, também vem sendo sistematicamente desmontado.

Nos primeiros meses do governo Bolsonaro, o fim e o esvaziamento de conselhos de direitos e organismos governamentais que traziam essa participação cidadã como pressuposto democrático vinha sendo questionado. Em 10 de abril de 2019, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a situação dos conselhos, comitês e comissões vinculadas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão deu 10 dias para a ministra se explicar.

Diferentes Requerimentos de Informações da Câmara dos Deputados indagam sobre o precário funcionamento de conselhos, a exemplo do [RIC 130/2019](#), que trata da suspensão das atividades do CONADE – Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência ou do [RIC 372/2019](#), sobre modificações na Comissão de Anistia.

Para marcar, de uma vez por todas, que o modelo da participação social não é a proposta de seu governo, ao “comemorar” os primeiros cem dias de gestão, Bolsonaro publicou o [Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019](#) que “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”, indicando no Art. 2º que, inclui-se no conceito de colegiado: conselhos, comitês, comissões, grupos, fóruns, entre outros. O Art. 5º informa que, a partir de 28 de junho de 2019, ficam extintos todos os colegiados criados antes da gestão de Bolsonaro. E, para não deixar dúvidas de suas intenções, o Art. 10 revoga o [Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014](#), que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS.

Criado no governo Dilma, a Política Nacional tinha como primeira diretriz geral o reconhecimento da participação social como direito da cidadã e do cidadão e expressão de sua

⁷Integrado pelos Projetos de Lei nº 881/2019 e nº 882/2019 e Projeto de Lei Complementar nº 38/2019.



autonomia. A participação social em nossa sociedade é um espaço disputados por todas aquelas e aqueles que não estão devidamente representados no sistema político, exatamente por lutarem por direitos, justiça e igualdade. São mulheres, negros e negras, indígenas, população LBGT, trabalhadores rurais sem terra, trabalhadores sem teto que, pela via da participação social, tinham um canal para a defesa de seus interesses em diálogo com um governo entendia a construção da política para além dos gabinetes.

Assistimos a retirada e a ameaça a direitos já conquistados, o enfraquecimento das políticas sociais e de distribuição de renda, a liberação assustadora de mais de uma centena de agrotóxicos, a entrega de áreas de preservação e demarcação, a privatização desenfreada e o desmantelamento das ainda frágeis redes democráticas de participação.

O golpe de 2016 colocou no centro do poder, exclusivamente, os grupos políticos representantes do grande capital empresarial, rural e financeiro e as igrejas aliadas a esses interesses, grupos esses que não reconhecem limites, nem mesmo os impostos pela Constituição Federal. E são vários os exemplos que demonstram os retrocessos que vem causando, também, no campo dos direitos e políticas para as mulheres. De pronto temos o reduzidíssimo número de mulheres no primeiro escalão do Executivo Federal, aqui incluídos os ministérios e as secretarias e órgãos ligados à Presidência da República.

A primeira mulher que ocupou o cargo de ministra no Brasil foi Esther de Figueiredo Ferraz, durante a ditadura militar no governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), assumindo o Ministério da Educação e Cultura por dois anos e meio. Figueiredo indicou 47 pessoas nos seis anos em que ficou no poder. As outras 46 foram homens.

Já na Nova República, José Sarney, nos cinco anos em que permaneceu no cargo (1985-1990) também designou uma única mulher como ministra entre os 76 indicados. Dorothea Werneck, que assumiu o Ministério do Trabalho já no terceiro ano de governo, ficando no cargo por exatos um ano, dois meses e 14 dias.

Fernando Collor de Melo (1990-1992), ao assumir, indicou duas mulheres para compor o seu ministério. Margarida Maia Procópio, para o Ministério de Ação Social, e Zélia Cardoso de Melo, para o cobiçado Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Ficaram cerca de um ano e meio no cargo e foram as duas únicas mulheres entre os 57 indicados por Collor de Melo.

Pelo governo Itamar Franco (1992-1994), passaram meteoricamente três mulheres: Yeda Crusius, Luiza Erundina e Margarida Coimbra do Nascimento, respectivamente, ministras do Planejamento, da Secretaria da Administração Federal e do Trabalho. Faço referência ao meteor, pois as três ficaram apenas entre dois e quatro meses nos cargos. Itamar indicou 65 pessoas nos dois anos em que esteve no poder.

Fernando Henrique Cardoso indicou quatro mulheres ao todo. Duas no seu primeiro mandato (1995-1998): Dorothea Werneck, que ficou um ano e quatro meses à frente do ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; e Claudia Costin, que foi ministra interina da Administração e Reforma do Estado, ficando quatro meses e alguns dias no cargo. Duas mulheres (uma delas ocupou o cargo interinamente) entre 67 indicados, representando 3% do gabinete que integrou o primeiro mandato de FHC.

No segundo mandato de FHC (1999-2002), duas mulheres ocuparam cargos no primeiro escalão, uma delas como interina. Anadyr de Mendonça Rodrigues dirigiu a Controladoria-Geral

da União por um ano e oito meses, e Mary Dayse Kinzo comandou interinamente por dois meses o Ministério da Integração Nacional. Duas mulheres entre 71 indicados, 3% do Gabinete⁸.

Nos dois mandatos de Lula (2003-2010), esse quadro começa a se alterar um pouco. Foram 15 as mulheres indicadas para assumir um posto no primeiro escalão do governo. Sete no primeiro (2003-2006), sendo uma interina, num total de 71 indicados, representando 8% do Gabinete. É no governo Lula que, pela primeira vez, as mulheres negras ocupam o cargo de ministra. Benedita da Silva, Marina Silva⁹ e Matilde Ribeiro, três de uma vez só, 21 anos depois da primeira mulher (branca) assumir esse posto. Benedita da Silva fica um ano à frente da Secretaria de Assistência Social. Marina Silva e Matilde Ribeiro integram o gabinete durante todo o primeiro mandato do presidente Lula.

No segundo mandato de Lula (2007-2011), oito mulheres em um total de 72 indicações, representando 11% dos indicados, integraram o gabinete presidencial. Entre essas, permaneceram duas mulheres negras: Marina Silva, como ministra do Meio Ambiente, e Matilde Ribeiro, como ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Mas é com a Presidenta Dilma (2011-2016) que o número de mulheres no primeiro escalão aumenta de maneira mais significativa. Vinte e três mulheres ocuparam pastas no gabinete presidencial nos cinco anos e meio do governo, aí incluídas as quatro mulheres que ocuparam o cargo interinamente. Durante seu primeiro mandato, 15 mulheres se fizeram presentes, sendo uma delas interina, representando 16% das 79 pessoas que passaram por seu gabinete. Dilma iniciou o seu primeiro mandato com nove mulheres ocupando pastas no primeiro escalão e terminou com seis. Sete, se contarmos a ministra interina da Cultura. Entre as indicadas, apenas uma mulher negra, Luiza Helena Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Pelo segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, passaram 11 mulheres, sendo que três ocuparam seus cargos interinamente, entre 85 indicados nesses pouco mais de um ano e quatro meses de governo. Iniciou com seis mulheres e terminou com oito, quatro delas indicadas já em pleno processo de impeachment. A sub-representação das mulheres negras se mantém no segundo mandato também. Mais uma vez, apenas uma mulher negra integrou a equipe, Nilma Lino Gomes, titular da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Chama a atenção que, no período em que se discutia o impedimento, a Presidenta indicou várias mulheres para ocuparem cargos interinamente. Naquele momento, por diferentes motivos, titulares deixaram seus cargos. Alguns para assumir a defesa da presidenta Dilma, como foi o caso do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, outros, por se associarem ao golpe, como foi o caso dos ministros indicados pelos partidos da base do governo que, no processo do impeachment, rompem com a Presidenta, a exemplo do PP, PMDB e PRB¹⁰.

Após o golpe, fica evidente o retrocesso no número de mulheres integrando os ministérios, secretarias e demais órgãos ligados à Presidência. O primeiro anúncio do ministério de Michel

⁸ No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, outras duas mulheres assumiram Secretarias de Estado, mas estas não eram ligadas à Presidência da República: Wanda Engel Aduan foi Secretária de Estado de Assistência Social, cargo de Natureza Especial que integrava a estrutura do Ministério da Previdência e Assistência Social; e Decreto de 29 de maio de 2002 (DOU 31/05/2002, Seção 2, página 1) nomeia Solange Bentes Jurema para assumir o cargo de Natureza Especial de Secretária de Estado dos Direitos da Mulher, criado na estrutura do Ministério da Justiça, conforme Medida Provisória 37, de 8 de maio de 2002.

⁹ Conforme declarado no registro de candidatura ao Tribunal Superior Eleitoral.

¹⁰ Respectivamente Partido Progressista, Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido Republicano Brasileiro.

Temer foi um choque: 24 homens brancos. Nenhum negro. Nenhuma mulher. À época, o Ministro Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, questionado sobre essa ausência, chegou a afirmar que as mulheres também ocupavam cargos importantes na gestão e citou como exemplo a chefe de gabinete de Michel Temer ser uma mulher¹¹. Nos dois anos e 123 dias em que ficou no poder, Temer indicou 76 pessoas para assumirem o primeiro escalão do governo, entre essas, apenas duas mulheres: Luislinda Valois, no Ministério de Direitos Humanos e Grace Mendonça, na Advocacia-Geral da União¹².

Jair Bolsonaro, por sua vez, segue o mesmo caminho. Para justificar somente duas mulheres no seu ministério – Damares Alves, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Tereza Cristina, no Ministério da Agricultura – teve a desfaçatez de afirmar: “Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe: cada uma dessas mulheres que estão aqui equivale por dez homens”^{13 14}.

Quarenta anos e 12 governos se passaram desde que a primeira mulher ocupou o cargo de ministra. E, até hoje, somadas todas, tivemos 7% de mulheres indicadas para os gabinetes presidenciais. Um total de 57 mulheres em 781 indicados. Se tirarmos as mulheres que ocuparam mais de uma pasta ou foram indicadas para mais de um mandato, temos um total de 42 brasileiras que já integraram o primeiro escalão. E vejam que aqui estamos sendo bastante condescendentes, pois neste total estão incluídas as mulheres que ficaram poucos meses nos seus cargos, entre elas três que ocuparam o posto por poucos dias.

Nosso melhor momento foi no governo da presidenta Dilma Rousseff. No primeiro mandato, 13 mulheres integraram o governo em algum momento, ocupando 11 das 39 pastas. Dilma chegou a anunciar que gostaria de chegar a um terço de mulheres no ministério, quando foi eleita em 2010, mas não conseguiu quebrar a resistência quando das negociações com os partidos¹⁵. No segundo mandato, 10 mulheres ocuparam 11 pastas, de um total de 42.

Entre as 42 mulheres que até hoje integraram o primeiro escalão do governo temos seis mulheres negras, o que representa 14% das indicadas e 1% do total de indicados. Benedita da Silva, Marina Silva, Matilde Ribeiro, Luiza Helena Bairros, Nilma Lino Gomes e Luislinda Valois, sendo que três delas ocuparam a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Se olharmos para os cargos ocupados por essas mulheres, nos chama a atenção a permanência por longos períodos de mulheres à frente de algumas pastas, a exemplo do Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva durante todo o primeiro mandato de Lula e parte do segundo e Izabella Teixeira, que assumiu como ministra do Meio Ambiente no último ano do governo Lula, seguindo com Dilma até o final do seu governo; ou da Casa Civil, cargo ocupado

¹¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/13/ministerio-sem-mulheres-no-governo-temer.htm>

¹² Em janeiro de 2018, Michel Temer chegou a indicar uma terceira mulher, Cristiane Brasil, para assumir o Ministério do Trabalho. Mas ela não conseguiu tomar posse por decisão do STF, que acolheu ação popular que questionava a nomeação por esta ser contrária ao princípio da moralidade, já que Cristiane Brasil tinha condenações na Justiça Trabalhista.

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/bolsonaro-diz-que-ministerio-e-equilibrado-porque-cada-ministra-vale-por-dez-homens/7441149/>

¹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-minimiza-baixo-numero-de-ministras-valem-por-10-homens-23508579>

¹⁵ Disponível em: <https://agenciapatriagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/noticias-politica/09112010-dilma-quer-um-terco-de-mulheres-no-ministerio-folha/>

por Dilma Rousseff nos governos Lula e, em seguida, por Erenice Guerra, Gleisi Hoffmann e, interinamente, por Eva Chiavon; ou a presença significativa de 11 mulheres à frente das pastas de Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, algumas por mais de um mandato, como Ideli Salvatti, Nilcéa Freire e Matilde Ribeiro.

Desde o primeiro mandato do presidente Lula, o número de mulheres ocupando cargos no primeiro escalão vinha em linha ascendente, mas, com o golpe, essa tendência se rompeu. Isso é um retrocesso. Não só, mas também do ponto de vista quantitativo isso é inaceitável. Não é democrático um país que desconhece a capacidade de mais de 50% da população. Um país patriarcal e racista, pois, se olharmos os dados do ponto de vista da presença de homens negros e mulheres negras, o quadro é ainda mais dramático. Tínhamos acreditado que a defesa da exclusão política das mulheres já tinha saído de cena, mas parece que nos enganamos. Os que agora assumiram o poder defendem a exclusão em alto e bom som. Para dar um único, mas, significativo exemplo, a agora Ministra Damares Alves, titular do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, afirmou em entrevista publicada em março de 2018 que as mulheres nasceram para serem mães¹⁶ e que o modelo ideal de sociedade as deixariam apenas em casa, sustentadas pelos homens¹⁷.

Tínhamos avançado, ainda que timidamente, numa política de presença e, também, em alguma medida na política de ideias. E o que estamos vendo agora é o desmonte das duas. Como afirma Anne Phillips (1995), “É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra”.

Para além do número de mulheres ocupando espaços de poder, se olharmos para a trajetória de institucionalização do organismo nacional responsável pelas políticas para as mulheres, marcado no seu viés governamental pela criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher¹⁸ e pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, também fica visível o desmonte que está sendo feito nesse campo.

Vale ressaltar que tanto a criação do Conselho quanto da Secretaria foi resultado da permanente pressão dos movimentos feministas e de mulheres por políticas públicas que enfrentassem as diferentes expressões da desigualdade e da violência contra as mulheres; a insuficiência (para alguns grupos populacionais, até mesmo a ausência) de serviços públicos no campo da saúde em geral e da saúde sexual e reprodutiva em particular; a sub-representação histórica das mulheres em espaços de poder e decisão; a relação desigual no mundo do trabalho; uma educação discriminatória e sexista.

Nos governos Lula e Dilma, tivemos um diferencial com as políticas sendo construídas em diálogo com os movimentos de mulheres e feministas, formatadas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e assumidas pelo governo como um todo nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres que indicavam as responsabilidades dos diferentes ministérios na sua execução. Foram quatro conferências no período (2004, 2007, 2011 e 2015), precedidas de conferências estaduais e municipais, num processo amplo e bastante democrático de consulta. As conferências

¹⁶ Matéria publicada na Folha de São Paulo em 6/12/2018: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-mulher-nasceu-para-ser-mae-e-ideologia-de-genero-e-morte.shtml>

¹⁷ Matéria publicada em O Globo, em 21/11/2018: <https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>

¹⁸ Para uma leitura aprofundada da história do Conselho, recomendamos a tese de doutorado de Fabrícia Faleiros Pimenta: Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005) defendida na Universidade de Brasília em 2010. E o Documento para Discussão sistematizado por Gilda Cabral, sobre Os mecanismos institucionais para a defesa dos direitos da mulher (2002).

eram coordenadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Desde sua criação, os conselhos de direitos e os mecanismos governamentais responsáveis por políticas para as mulheres foram questionados. Em diferentes momentos dessa curta história, foi discutida sua extinção e medidas concretas foram tomadas no sentido de seu esvaziamento. Isto se expressa, também, na legislação que os institui.

O primeiro marco nacional do processo de institucionalização das políticas para as mulheres se deu no governo Sarney, por meio da [Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985](#), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, “com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País”.

O artigo 2º da Lei vinculava o CNDM ao Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira. A lei previa um conselho deliberativo, uma assessoria técnica, uma secretaria executiva e a possibilidade de requisitar servidores de órgãos e entidades da administração direta e indireta. O artigo 8º instituía o Fundo Especial dos Direitos da Mulher, destinado a gerir recursos e financiar as atividades do CNDM.

Mas essa autonomia “ampla, geral e irrestrita” não durou muito tempo. Um mês depois, o [Decreto nº 91.696, de 27 de setembro de 1985](#), dispõe sobre a autonomia administrativa e financeira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de que trata a Lei nº 7.353/1985 e, no seu artigo primeiro, já afirma que a autonomia do CNDM é limitada. Nos primeiros anos do governo Sarney, o Conselho teve à sua disposição uma estrutura que permitia minimamente desenvolver o trabalho, com uma atuação bastante importante, por exemplo, no processo de elaboração da Constituição de 1988. Mas isso também não se sustenta.

No último ano do governo Sarney, cortes no orçamento do Ministério da Justiça, que repercutem drasticamente no orçamento do CNDM, somados a tensões entre a visão do Conselho e as posturas do governo, levam a uma desestruturação do Conselho. Em julho de 1989, questionando o processo de renovação das conselheiras que não seguiu as regras previstas no Regimento Interno a Presidenta do CNDM, à época, Jacqueline Pitanguy, coloca seu cargo à disposição, apoiada por grande parte da equipe que renuncia coletivamente.

Collor de Melo, por sua vez, logo após assumir, edita a [Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990](#) (convertida na [Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990](#)), que dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e debilitava ainda mais o CNDM, inviabilizando o prosseguimento dos trabalhos. Entre as medidas tomadas, o Art. 23 reconhece o CNDM como órgão específico do Ministério da Justiça e o Art. 52 revoga o art. 2º da Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, que assegurava a autonomia administrativa e financeira do CNDM. Itamar Franco (1992-1995), que assumiu após o impeachment de Collor de Melo, não alterou a lei promulgada por Collor, mantendo o CNDM sem autonomia administrativa e financeira e sem estrutura.

Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que sucedeu Itamar, também não alterou a legislação do CNDM e, no final de sua gestão, cria na estrutura do Ministério da Justiça a SEDIM – Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e o cargo de natureza especial de Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher ([MP nº 37 de 08 de maio de 2002](#), convertida na [Lei nº 10.539 de 23 de setembro de 2002](#)). A SEDIM não teve tempo de dizer a que veio, pois, com a eleição de Luiz

Inácio Lula da Silva, foi substituída pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, primeiro organismo de política para as mulheres, ligado diretamente à Presidência da República.

Criada como “órgão de consulta do Presidente da República”, no primeiro dia do governo Lula, pela [Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003](#) (convertida na [Lei nº 10.683, de 2003](#)), a então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres era responsável por assessorar a Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres. O Art. 22 detalhava as competências da SEPM:

À Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo com vistas à promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos a igualdade das mulheres e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias.

A Exposição de Motivos da Medida Provisória afirma que “assegura-se, no caso das Secretarias Especiais, os direitos, vantagens e prerrogativas de Ministros de Estado, de modo a se evitar distinções não razoáveis, mas sem a multiplicação desnecessária de ministérios”.

Em 24 de março de 2010, a [Medida Provisória nº 483](#) (convertida na [Lei nº. 12.314, de 19 de agosto de 2010](#)), editada no início do governo da Presidenta Dilma Rousseff, transforma a SEPM em órgão essencial da Presidência da República. Com essa mudança, a Secretaria ganha um novo status na estrutura do Governo Federal, sendo equiparada aos demais Ministérios. Perde o título de “Especial” no nome e os cargos de direção mudam de denominação, a exemplo da Secretária Especial, que passa para Ministra.

A ascensão da SPM ao nível de Ministério, em 2010, reforçou o compromisso do Estado brasileiro com a institucionalização das políticas públicas para igualdade de gênero. Mas sua existência e atuação sempre foi objeto de disputas e questionamentos de setores conservadores (mas não somente eles) que, de dentro do governo, procuravam enfraquecê-la. E isso foi num crescendo à medida que esses setores se fortaleciam.

Em abril de 2016, já como consequência nefasta da disputa que se dava no interior do governo e cedendo às pressões, a Presidenta Dilma Rousseff, sob o argumento de “racionalizar a máquina pública”, por meio da [Medida Provisória nº 696, de 02 de outubro de 2015](#) (convertida na [Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2016](#)), extingue as Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos e cria o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Entre suas competências a “formulação, coordenação, definição de diretrizes e articulação de políticas para as mulheres, incluindo: (...) 2. planejamento de gênero que contribua na ação do Governo federal e das demais esferas de governo para a promoção da

igualdade entre mulheres e homens”. Como parte da estrutura do novo Ministério a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presidido pela Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.

Essa mudança acontece em pleno processo de realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que tinha como foco central o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres e, entre seus objetivos específicos, “estimular a criação e o fortalecimento dos organismos governamentais municipais, estaduais, do Distrito Federal e a Secretaria de Políticas para as Mulheres”. A fusão da SPM, SEPPIR e SDH teve um efeito cascata nos organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. Logo em seguida, vários estados e municípios seguiram o exemplo nacional e fundiram, também, seus organismos estaduais ou municipais de políticas para as mulheres com outras áreas.

Além do equívoco do ato em si – a junção das três Secretarias –, um texto mal elaborado, feitos às pressas e confuso é encaminhado para o Congresso Nacional. Como consequências das disputas que ali se estabeleceram, as mulheres sofrem mais uma perda. Em 18 de fevereiro de 2016, foi aprovado pelo Plenário da Câmara de Deputados, destaque do Partido Republicano Brasileiro – PRB que retirou do texto-base já aprovado da Medida Provisória 696/2015 a expressão “gênero” do artigo que tratava das responsabilidades da SPM.

A SPM, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e os movimentos feministas e de mulheres se posicionaram contra essa retirada, mas não obtiveram sucesso. E a tentativa de fazer com que a Presidenta vetasse também não, sob a justificativa de que, como foi uma supressão, não teria o que ser “vetado”. Ficou acordado o compromisso de a Presidenta enviar mais adiante uma “retificação” do texto, o que não chegou a ocorrer.

Quando das discussões desse novo ministério, as disputas já se deram em relação ao nome. Era ventilado Ministério da Cidadania, mas as três Secretarias, já incomodadas e insatisfeitas com a junção, brigaram para ao menos estarem visíveis no nome. Com isso acordado, quem encabeçaria a “lista” foi também objeto de disputa. Apesar de o combinado ter sido Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a primeira versão saiu com Direitos Humanos à frente: Ministério de Direitos Humanos, Mulheres e Igualdade Racial.

Em outubro de 2015, no ato de posse dos novos ministros, o cerimonial, ao se referir ao novo ministério, coloca em primeiro lugar os Direitos Humanos. A Presidenta, incomodada com essa mudança, ao iniciar seu discurso afirma: “Eu queria fazer uma retificação. Nós erramos a ordem. As mulheres vão entender porque estou insistindo na ordem: é Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos”¹⁹.

Outro absurdo aprovado pelo Plenário da Câmara quando da discussão da Medida Provisória 696/2015, que criava o novo ministério, foi o destaque do Bloco Parlamentar PRB – PTN – PMN – PTC – PT do B – PSL²⁰ que definia que a atuação do Ministério deveria estar em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e com os direitos e liberdades reconhecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

¹⁹ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros>

²⁰ Partido Republicano Brasileiro - PRB, Partido Trabalhista Nacional - PTN, Partido da Mobilização Nacional - PMN, Partido Trabalhista Cristão - PTC, Partido Trabalhista do Brasil - PTdoB (atual Avante) e Partido Social Liberal - PSL.

A referência, especificamente, ao chamado Pacto de São José da Costa Rica, como é conhecida a Convenção Americana de Direitos Humanos (documento dos anos 1960, que reflete fortemente a hegemonia conservadora nas Américas), era inadmissível para a então Secretaria de Políticas para as Mulheres e para os movimentos de mulheres e feministas, pois, no seu Artigo 4º, o Pacto afirma o direito à vida “desde o momento da concepção”, proibindo toda e qualquer forma de aborto, o que vai contra legislação brasileira que aceita a interrupção da gravidez no caso de risco de vida para a mulher, gravidez resultante de estupro e fetos anencéfalos. A pressão da SPM e dos movimentos feministas fizeram com que essa referência fosse vetada.

Na versão final da Lei nº 13.266/2016, a Secretaria Nacional da Juventude, que tinha seu tema incluído entre as responsabilidades do novo ministério, consegue incluir também o seu nome na lista, ficando Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Mas o recém-criado Ministério não chegou a ser efetivado. Veio o golpe e, logo após, a [Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016](#) (convertida na [Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016](#)), extingue o “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos”, transferindo suas competências, órgãos e entidades subordinadas para o recém-transformado Ministério da Justiça em Ministério da Justiça e Cidadania, ressalvadas aquelas competências relativas a políticas de juventude. Passando, portanto, o CNDM e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para o Ministério da Justiça e Cidadania, esta última com a competência de “acompanhamento e implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e planos de ação firmados pelo País, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e ao combate à discriminação”.

Essa alteração também não tem tempo de ser efetivada. Em menos de cinco meses, mais uma mudança: a [Medida Provisória nº 768, de 02 de fevereiro de 2017](#), cria o Ministério dos Direitos Humanos e extingue as Secretarias Especiais do Ministério da Justiça e Cidadania. Entre as inúmeras competências do novo Ministério dos Direitos Humanos, a “formulação, coordenação, definição de diretrizes e articulação de políticas para as mulheres, incluídas atividades antidiscriminatórias e voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres”. E, na sua estrutura, a agora Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Mas também essa mudança não se sustenta. Menos de três meses depois, a [Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017](#) (convertida na [Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017](#)), retira a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério de Direitos Humanos e a realoca na Secretaria de Governo da Presidência da República, que passa a ter entre suas competências “formular, coordenar, definir as diretrizes e articular políticas públicas para as mulheres, incluídas atividades antidiscriminatórias e voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres”. Mais uma alteração, com a Secretaria perdendo poder, estrutura, orçamento e equipe.

Logo em seguida, a quinta mudança, ainda no governo Temer, com o [Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018](#), transferindo a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo novamente para o Ministério dos Direitos Humanos.

Por fim, no governo Bolsonaro, a sexta mudança em menos de dois anos. A [Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019](#), cria o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

Humanos integrado na sua estrutura básica, entre outros, pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Não é por acaso que o novo ministério é da “mulher” e não das mulheres no plural; e da “família” e não das famílias no plural.

Olhando a trajetória institucional do organismo responsável pelas políticas para as mulheres, após o golpe de 2016, não é difícil entender a sua inoperância, afinal, como desenvolver qualquer trabalho com seis mudanças em menos de dois anos?

Os grupos que articularam o golpe que se consumou, nesse primeiro momento, com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff não é uma novidade no cenário político brasileiro. Integrava a base e nunca deixou de disputar a linha central dos governos Lula e Dilma. Não vivíamos em um “mar de rosas” nos 13 anos dos governos do PT - as disputas internas eram permanentes e intensas.

Os que tomaram o poder de forma antidemocrática (pois pelas urnas já fazia algum tempo que não obtinham sucesso) já integravam o governo e tentavam imprimir sua visão elitista, conservadora e fundamentalista, disputando no dia a dia os rumos do País. O fortalecimento desses grupos pode ser acompanhado nos vários acordos adotados e recuos dos governos Lula e Dilma em relação a pautas que aprofundavam a democracia, assegurando direitos a populações e grupos antes marginalizados. Vejamos aqui alguns exemplos que dizem diretamente às mulheres.

Em 13 de novembro de 2008, o governo Lula firma, na Cidade do Vaticano, acordo com a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Negociado quando da visita do Papa ao Brasil e promulgado pelo [Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010](#), este acordo concede isenção tributária a instituições católicas, assegura o ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental, agredindo o princípio da laicidade do Estado e trazendo consequências negativas para pautas importantes das mulheres brasileiras (mas não só delas), a exemplo do debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos, aí incluído o direito ao aborto gratuito, legal e seguro²¹.

Esse acordo também sustentou os argumentos que levaram o Supremo Tribunal Federal, em setembro de 2017, a tomar uma decisão contrária quando da análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4439/2010 que questionava, tendo por base a Constituição Brasileira, o ensino religioso confessional nas escolas públicas brasileiras. Decisão esta que, mais uma vez, afronta o princípio da laicidade.

No governo Dilma a pressão aumentou, já em maio de 2011, mais um recuo, após pressão das bancadas religiosas no Congresso, levou à retirada de material didático que estava sendo produzido para ser distribuído nas escolas, como parte do programa Brasil sem Homofobia. O até hoje famoso “kit gay que seria distribuído às crianças” era, na verdade, dirigido aos professores, mas a desinformação e a má-fé venceram mais uma vez, e a Presidenta cedeu às pressões e suspendeu a publicação do material.

Em 2014, na saga insana que se instalou contra a discussão de gênero, esses mesmos grupos forçaram a retirada do Plano Nacional de Educação da diretriz que propunha a superação das desigualdades educacionais "com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". O Congresso aprovou e a Presidência da República sancionou. Retirada essa que se repetiu no texto de diferentes planos estaduais e municipais.

²¹ Para um olhar mais aprofundado sobre o tema, ver publicação do CFEMEA de 2009: Brasil e Vaticano, o (Des)acordo Republicano, que reúne diferentes artigos.

O golpe pode ter sido “formalizado” com a decisão do Congresso sobre o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, mas na vida das mulheres (e não só nas delas) ele já estava em processo. Ainda que reconheçamos o caráter processual do Golpe, não há dúvida que, com a retirada da Presidenta Dilma Rousseff da Presidência, o grupo que assumia a interlocução com os movimentos sociais, que tencionava a parte mais conservadora do governo para a efetivação de políticas públicas que incidissem na redução das desigualdades – de classe, raça, gênero – foi afastado do poder e, com isso, se intensificou o desmonte das políticas sociais e de afirmação de direitos, sem obstáculos intragoverno.

No período dos governos de Lula e Dilma é inegável que obtivemos avanços na institucionalização das políticas para as mulheres. Entre esses avanços, podemos citar: a incorporação da perspectiva de gênero nos Planos Plurianuais e a articulação com os diferentes ministérios para que a suas políticas tivessem uma perspectiva de gênero; a realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres com base nos seus resultados; a ampliação das ações e o fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, de promoção da igualdade no mundo do trabalho e de incentivo à participação das mulheres e meninas na Ciência.

A ampliação dos recursos orçamentários aplicados nas políticas para as mulheres e no enfrentamento às desigualdades entre mulheres e homens, assumidos pelos diferentes ministérios que se comprometeram com as ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Como bem afirma documento elaborado pelo CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que recupera a história de incidência política do Centro nesse campo:

Em todos esses anos, consolidou-se e cresceu inegavelmente a institucionalidade para as políticas para as mulheres; multiplicaram-se os órgãos e os serviços públicos destinados ao enfrentamento da violência; aumentaram substancialmente os recursos alocados no Orçamento da União relacionado ao financiamento dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (VIEIRA et al, 2014).

Mas essas políticas não estiveram imunes aos dois anos e pouco do governo golpista, e continuam não sendo no recém-empossado governo Bolsonaro. Muito pelo contrário, pois este é o aprofundamento e a consolidação no poder dos grupos que articularam o golpe de 2016.

Durante o governo Temer, os programas desenvolvidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres foram esvaziados ou paralisados. A publicação do resultado da 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres²², realizada nos últimos dias do governo Dilma, e a adequação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres às suas decisões foi deixada de lado. Programas que vinham sendo implementados há mais de uma década, com a compreensão da necessidade de continuidade das políticas públicas para que se consiga dar escala às mesmas, foram suspensos ou mantidos “na geladeira”.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é um bom exemplo. Foi instituído em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Consistia em um concurso de redações, arti-

²² Realizada em Brasília, de 10 a 12 de maio de 2015.



gos científicos e projetos pedagógicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos e teve por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país e sensibilizar a sociedade para tais questões. A décima primeira edição do Prêmio, que deveria ter sido lançada em 2016, já não aconteceu.

No campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, temos outros tristes exemplos: o esvaziamento do Ligue 180, número que fornece informações sobre os serviços existentes, a exemplo de delegacias, e recebe denúncias de violência contra as mulheres; e a descontinuidade na implantação das Casas da Mulher Brasileira, ou mesmo a desativação de algumas poucas que já estavam em funcionamento. A atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, já afirmou, durante audiência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados, realizada em 16 abril de 2019, que não existem recursos para a continuidade das Casas da Mulher Brasileira.

Os exemplos dos desmontes das políticas para as mulheres, iniciados após o golpe de 2016 e aprofundado no atual governo Bolsonaro, são muitos e merecem um estudo à parte. Mais do que nunca, precisamos nos debruçar sobre essa história recente, para avaliar a experiência desses últimos anos. Para tanto, é fundamental registrar e preservar essa história, pois os que atualmente estão no poder já demonstraram, mais de uma vez, que a verdade não é sua preocupação. Basta o episódio do chamado às “comemorações do golpe de 1964” para termos certeza dessa postura ou o ataque permanente às universidades públicas, feitos pelos ministros da Educação e pelo próprio presidente para termos certeza de que a extinção do senso crítico e de parte da história é, também, um dos objetivos do governo Bolsonaro.

ANEXO A - MULHERES NO COMANDO DE MINISTÉRIOS E DEMAIS ÓRGÃOS LIGADOS À PRESIDÊNCIA

Presidente	Cor	Nome	Posse	Exoneração	Tempo no cargo ²³	Ministérios, secretarias e órgãos ligados à Presidência
Figueiredo	Branca	Esther de Figueiredo Ferraz	24/08/1982	15/03/1985	2 anos e 6 meses	Educação e Cultura
Sarney	Branca	Dorothea Werneck	13/01/1989	15/03/1990	1 ano e dois meses	Trabalho
Collor	Branca	Margarida Maia Procópio	15/03/1990	20/01/1992	1 ano e 11 meses	Ação Social
Collor	Branca	Zélia Cardozo de Melo	15/03/1990	10/05/1991	1 ano e 1 mês	Economia, Fazenda e Planejamento
Itamar	Branca	Yeda Rorato Crusius	26/01/1993	10/05/1993	3 meses	Planejamento
Itamar	Branca	Luiza Erundina	28/02/1993	20/05/1993	3 meses	Secretaria da Administração Federal
Itamar	Branca	Margarida Coimbra	21/12/1993	03/03/1994	2 meses	Transportes
1º FHC		Dorothea Werneck	01/01/1995	30/04/1996	1 ano e 4 meses	Indústria, do Comércio e do Turismo
1º FHC	Branca	Claudia Maria Costin ²⁴	24/06/1998	04/11/1998	4 meses	Interina Administração e Reforma do Estado
2º FHC	Branca	Anadyr de M. Rodrigues	02/04/2001	01/01/2003	1 ano e 8 meses	Controladoria-Geral da União
2º FHC	Branca	Mary Dayse Kinzo	05/04/2002	05/06/2002	2 meses	Interina Integração Nacional
1º Lula	Preta	Marina Silva	01/01/2003	31/12/2006	4 anos	Meio Ambiente
1º Lula	Preta	Matilde Ribeiro	01/01/2003	31/12/2006	4 anos	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
1º Lula	Branca	Dilma Vana Rousseff	01/01/2003	21/06/2005	2 anos e 6 meses	Minas Energia

²³ Tempo no cargo: Foi arredondado a não ser que a permanência no cargo seja menor que um mês, nesses casos foram mantidos os dias.

²⁴ Assume quando do afastamento de Bresser Pereira para cuidar da campanha de Fernando Henrique Cardoso. Decreto de 4 de novembro de 1998 (DOU de 5/11/1998) nomeia Bresser Pereira novamente para o cargo de ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado. Portanto estamos considerando esta a data de exoneração da ministra interina Claudia Costin, mesmo tendo encontrado a Portaria nº 3.206, de 5 de novembro de 1998 (DOU de 6/11/1998) ainda em seu nome. Despacho do ministro Bresser Pereira, em 6 de novembro de 1998 (publicado no DOU de 09/11/1998), autoriza o afastamento da Secretária Executiva do Ministério Claudia Maria Costin.

1º Lula	Branca	Emília T. Fernandes ²⁵	01/01/2003	23/01/2004	1 ano e 1 mês	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
1º Lula	Preta	Benedita Sousa da Silva	01/01/2003	23/01/2004	1 ano e 1 mês	Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social
1º Lula	Branca	Sandra Meira Starling	08/01/2003	31/07/2003	7 meses	Interina Trabalho
1º Lula	Branca	Nilcéa Freire ²⁶	23/01/2004	31/12/2006	3 anos	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
1º Lula		Dilma Vana Rousseff	21/06/2005	31/12/2006	1 ano e 7 meses	Casa Civil
2º Lula		Nilcéa Freire	01/01/2007	31/12/2010	4 anos	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
2º Lula		Dilma Vana Rousseff	01/01/2007	31/03/2010	3 anos e 3 meses	Casa-Civil
2º Lula		Marina Silva	01/01/2007	13/05/2008	1 ano e 4 meses	Meio Ambiente
2º Lula		Matilde Ribeiro	01/01/2007	06/02/2008	1 ano e 1 mês	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
2º Lula	Branca	Marta Suplicy	23/03/2007	03/06/2008	1 ano e 2 meses	Turismo
2º Lula	Branca	Márcia Helena C. Lopes	31/03/2010	31/12/2010	10 meses	Desenvolvimento Social e Combate à Fome
2º Lula	Branca	Izabella Teixeira	01/04/2010	31/12/2010	9 meses	Meio Ambiente
2º Lula	Branca	Erenice Guerra	01/04/2010	16/09/2010	6 meses	Casa Civil
1º Dilma	Branca	Helena Chagas	01/01/2011	03/02/2014	3 anos e 1 mês	Secretaria de Comunicação Social
1º Dilma	Branca	Miriam Belchior	01/01/2011	31/12/2014	4 anos	Planejamento, Orçamento e Gestão
1º Dilma	Branca	Tereza Campello	01/01/2011	31/12/2014	4 anos	Desenvolvimento Social e Combate à Fome

²⁵ Corrigida a informação disponível na Wikipédia. Decreto de 23 de janeiro de 2004 (DOU de 23/01/2004 - Edição Extra) exonera Emília Fernandes e empossa Nilcéa Freire. Casa Civil publica retificação no DOU de 27/01/2004, Seção 2, página 1, pois a exoneração não foi à pedido como saiu publicado no Decreto.

²⁶ Corrigida a informação disponível na Wikipédia. Decreto de 23 de janeiro de 2004 (DOU de 23/01/2004 - Edição Extra) empossa Nilcéa Freire e exonera Emília Fernandes. Casa Civil publica retificação no DOU de 27/01/2004, Seção 2, página 1, pois a exoneração não foi à pedido como saiu publicado no Decreto.

1º Dilma		Izabella Teixeira	01/01/2011	31/12/2014	4 anos	Meio Ambiente
1º Dilma	Preta	Luíza Helena Bairros	01/01/2011	31/12/2014	4 anos	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
1º Dilma	Branca	Maria do Rosário	01/01/2011	01/04/2014	3 anos e 3 meses	Secretaria de Direitos Humanos
1º Dilma	Branca	Ana de Holanda	01/01/2011	13/09/2012	1 ano e 8 meses	Cultura
1º Dilma	Branca	Iriny Lopes	01/01/2011	10/02/2012	1 ano e 1 mês	Secretaria de Políticas para as Mulheres
1º Dilma	Branca	Ideli Salvatti	01/01/2011	10/06/2011	5 meses	Pesca e Aquicultura
1º Dilma	Branca	Gleisi Hoffman	08/06/2011	02/02/2014	2 anos e 7 meses	Casa Civil
1º Dilma		Ideli Salvatti	10/06/2011	01/04/2014	2 anos e 9 meses	Secretaria de Relações Institucionais
1º Dilma	Branca	Eleonora Menicucci	10/02/2012	31/12/2014	2 anos e 11 meses	Secretaria de Políticas para as Mulheres
1º Dilma		Marta Suplicy	13/09/2012	11/11/2014	2 anos e 1 mês	Cultura
1º Dilma		Ideli Salvatti	01/04/2014	31/12/2014	9 meses	Secretaria de Direitos Humanos
1º Dilma	Branca	Ana Cristina Wanzeler	11/11/2014	31/12/2014	2 meses	Interina Cultura
2º Dilma		Tereza Campello	01/01/2015	12/05/2016	1 ano e 4 meses	Desenvolvimento Social e Combate à Fome
2º Dilma		Izabella Teixeira	01/01/2015	12/05/2016	1 ano e 4 meses	Meio Ambiente
2º Dilma	Branca	Kátia Abreu	01/01/2015	12/05/2016	1 ano e 4 meses	Agricultura, Pecuária e Abastecimento
2º Dilma		Eleonora Menicucci	01/01/2015	02/10/2015	9 meses	Secretaria de Políticas para as Mulheres
2º Dilma	Preta	Nilma Lino Gomes	01/01/2015	02/10/2015	9 meses	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
2º Dilma		Ideli Salvatti	01/01/2015	16/04/2015	4 meses	Secretaria de Direitos Humanos

2º Dilma		Nilma Lino Gomes	02/10/2015	12/05/2016	7 meses	Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos
2º Dilma	Branca	Eva Maria Dal Chiavon	22/03/2016	12/05/2016	1 mês	Interina Casa Civil
2º Dilma	Branca	Emília Maria R. Curi	14/04/2016	12/05/2016	11 dias	Interina Ciência, Tecnologia e Inovação
2º Dilma	Branca	Maria Fernanda Coelho	14/04/2016	19/04/2016	18 dias	Interina Desenvolvimento Agrário
2º Dilma	Branca	Inês da Silva Magalhães	20/04/2016	12/05/2016	11 dias	Cidades
Temer	Branca	Grace Mendonça	09/09/2016	31/12/2018	2 anos e 4 meses	Advocacia-Geral da União
Temer	Preta	Luislinda Valois Santos	03/02/2017	19/02/2018	1 ano e 1 mês	Direitos Humanos
Bolsonaro	Branca	Dameres Regina Alves ²⁷	01/01/2019			Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Bolsonaro	Branca	Tereza Cristina ²⁸	01/01/2019			Agricultura, Pecuária e Abastecimento

As informações aqui disponíveis (nomes, cor, datas de posse e exoneração, cargo) foram coletadas e checadas em diferentes fontes (Verbetes disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV, listas da Wikipédia, Plataforma Lattes, matérias publicadas na imprensa). Sempre que identificada alguma dúvida, contradição ou ausência de informação foi acessado o Diário Oficial da União para confirmar, corrigir ou completar os dados. Será bem recebida qualquer complementação ou correção

²⁷ Em exercício até a data da entrega do artigo.

²⁸ Em exercício até a data da entrega do artigo.

ANEXO B - QUADRO CONSOLIDADO DE MULHERES INDICADAS NOS GOVERNOS

Presidência da República	Ministérios	Secretarias ligadas à Presidência	Órgãos ligados à Presidência	Total de pastas	Total de pastas ocupadas por mulheres	% de pastas ocupadas por mulheres	Total de indicados*	Total de mulheres indicadas	% mulheres indicadas
João Batista Figueiredo (1979-1985)	18	01	04	23	01	4%	47	01	2%
José Sarney (1985-1990)	21	01	03	25	01	4%	76	01	1%
Fernando Collor de Melo (1990-1992)	15	09	04	28	02	7%	57	02	4%
Itamar Franco (1992-1995)	17	03	04	23	03	13%	65	03	5%
1º Fernando Henrique Cardoso (1995-1999)	23	04	05	31	02	6%	67	02	3%
2º Fernando Henrique Cardoso (1999-2003)	21	03	04	28	02	7%	71	02	3%
1º Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007)	24	07	05	36	06	17%	71	08	11%
2º Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011)	24	08	05	37	06	16%	72	08	11%
1º Dilma Rousseff (2011-2015)	24	10	05	39	11	28%	79	15	19%
2º Dilma Rousseff (2015-2016)	25	11	06	42	11	26%	85	11	13%
Michel Temer (2016-2019)	23	02	04	29	02	7%	67	02	3%
Jair Bolsonaro (2019-)	16	02	04	22	02	9%	24	02	8%
Total	251	61	53	363	49	13%	781	57	7%

* No total de indicados não foram incluídos Luiz Inácio Lula da Silva e Cristine Brasil, pois os dois não chegaram a tomar posse.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Felipe; PRAZERES, Leandro; MARCHESAN, Ricardo. Ministro de Temer justifica ausência de mulheres no governo: "não foi possível". *UOL*, 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/13/ministerio-sem-mulheres-no-governo-temer.htm>>. Acesso em: 30 de abril de 2019.
- ARAUJO, Maria Celina D'. Os ministros da Nova República - Notas para entender a democratização do Poder Executivo. *Paper apresentado ao II Consad*, Brasília, 6 a 8 de maio de 2009.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. Ministra disse que mulher nasceu pra ser mãe e ideologia de gênero é a morte. *Folha de S. Paulo*. 6 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-mulher-nasceu-para-ser-mae-e-ideologia-de-genero-e-morte.shtml>>. Acesso em: 27 de abril de 2019.
- CABRAL, Gilda. *Mecanismos institucionais para a defesa dos direitos das mulheres*. Documento para Discussão. Assessora Técnica do CFEMEA. Brasília, 21 de novembro de 2002. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigos-tesesdissertacoes/solucao_em_rede/mecanismos_institucionais.pdf>. Acesso em: 15/04/2019.
- Dilma quer um terço de mulheres nos ministérios. Agência Patrícia Galvão. Reprodução de matéria da *Folha de S. Paulo*. 9 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/noticias-politica/09112010-dilma-quer-um-terco-de-mulheres-no-ministerio-folha/>>. Acesso em: 7 de maio de 2019.
- Globo News. Matéria sobre as comemorações do Dia internacional da Mulher no Palácio do Planalto. 8 de março de 2019. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/bolsonaro-diz-que-ministerio-e-equilibrado-porque-cada-ministra-vale-por-dez-homens/7441149/>>. Acesso em: 1º de abril de 2019
- GULLINO, Daniel. Bolsonaro minimiza baixo número de mulheres: 'valem por 10 homens'. *O Globo Brasil*, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-minimiza-baixo-numero-de-ministras-valem-por-10-homens-23508579>>. Acesso em: 2 de maio de 2019.
- PHILLIPS, Anne Phillips. De uma política de ideias a uma política de presença. *Rev. Estud. Fem.* vol. 9, nº 1. Florianópolis, 2001, p. 268-290. <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>
- PIMENTA, Fabrícia Faleiros. *Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse dos novos Ministros. 5 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.
- SACONI, João Paulo. Cotada para ministra diz que “mulher nasce para ser mãe” e “infelizmente tem que ir para o mercado de trabalho”. *O Globo*. 21 de novembro de 2018: Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>>. Acesso em: 3 de maio de 2019.

SETO, Guilherme. Vice de Bolsonaro, Mourão critica 13º salário e fala em reforma trabalhista 'séria'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de set. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/vice-de-bolsonaro-mourao-critica-13o-salario-e-fala-em-reforma-trabalhista-seria.shtml>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

VIEIRA, Célia; CABRAL, Gilda e OLIVEIRA, Guacira Cesar. *Orçamento Mulher – Uma história de 12 anos de incidência política do Cfemea*. CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, 2014, 59p.